

Prefeitura Municipal de Arari
Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria do Ensino Fundamental Anos Finais
Coordenadora: Yndira Sousa



História do Maranhão

6^o Ano

Terezinha Maria Bogéa Gusmão

Texto adaptado do livro **Conhecendo e Debatendo a História do Maranhão (Joan Botelho)**

Arari-MA

2025

FORMAS DE REGISTROS DA HISTÓRIA E DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO COM ENFOQUE NA HISTÓRIA DO MARANHÃO

A ideia de demarcar a origem da História do Maranhão, a partir dos descobridores europeus, é etnocêntrica, já que tem como referência a Europa e nega a historicidade dos habitantes desta terra e de seus ancestrais. Hoje, a arqueologia resgata a história do homem americano, através de vestígios, como instrumentos, armas, fósseis e pinturas rupestres, provando cientificamente a existência de sociedades, em um período anterior à conquista europeia, no continente americano. Sociedades que possuíram hábitos, costumes, produção material, organização, em geral, uma cultura diferente da europeia, mas que se tornou referência para o questionamento de conceitos, como "pré-história" ou "descoberta". Em face disso, nos últimos dois séculos, as ciências, sobretudo a arqueologia, têm realizado estudos científicos, preciosos, a respeito da origem do ser humano e como viveram os nossos antepassados, a arte, os ritos, a vida cotidiana, os artefatos, que produziram, as relações entre esses ancestrais, as primeiras atividades no campo do trabalho, a cultura da espécie humana.

A arqueologia maranhense: vestígios humanos

Sítio arqueológico em São Luís – MA, representa marco da Pré-História brasileira



Fonte: Portal gov.br; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

São recentes as descobertas arqueológicas no Maranhão. A quantidade e a existência de sítios arqueológicos, em todas as regiões do estado, têm promovido um grande interesse da comunidade científica em pesquisar sobre a origem do homem americano, a partir de vestígios arqueológicos, encontrados no Maranhão. Embora os estudos sobre a arqueologia maranhense, ainda, sejam incipientes, os resultados, entretanto, já aparecem. Dessa forma, há descoberta de sítios arqueológicos em São Luís, Penalva, Pinheiro, Santa Helena, São João Batista, São Vicente de Férrer, Carolina, Grajaú, Riachão, São João do Sóter, São Domingos do Maranhão, Gonçalves Dias, Tasso Fragoso, Presidente Dutra, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Parnarama, Tuntum, Colinas etc.

A idade mais antiga, de um sítio arqueológico maranhense, é a de um pré-cerâmico, situado às margens do Rio Flores, em Presidente Dutra, com calibragem de recuo de até 9.000 anos. Só na região sul do Maranhão, já foram localizados mais de 50 sítios, com representações rupestres, arte produzida pelos humanos, que viveram no Maranhão, há centenas de anos, além de grafismos em painéis geométricos e representação de pegadas, cujos motivos são antropomorfos.

Ilha de São Luís: uma riqueza arqueológica

Nos últimos anos, a ilha de São Luís tem revelado a existência de um grande potencial arqueológico, tanto na capital quanto nos municípios de São José de Ribamar e Paço do Lumiar, o que tem atraído a comunidade científica, para a realização de catalogação e estudos desses sítios.

Outros sítios já conhecidos são: o **sambaqui da Maiobinha**¹, ocupado de forma intensa, devido à expansão desordenada da cidade; o sambaqui do Pindai², fortemente impactado por décadas de exploração de seus recursos; o **sambaqui do Bacanga**³, foi identificado por Olavo Correia Lima na década de 1970 e recentemente apresentou datações, de fragmentos cerâmicos, de aproximadamente 6.600 anos para a ocupação local (Bandeira, 2008). O **sambaqui do Itapari** encontrado pelos arqueólogos do Centro de Pesquisas, em 1992, no município de S. José de Ribamar⁴.

Equipe de arqueólogos - o professor da Universidade Federal do Maranhão (Ufma), Arkley Marques Bandeira, aponta a importância de achados recentes no bairro Vicente Fialho, em São Luís, para o segmento no Maranhão e no país.



Fonte: <https://www.ma.gov.br/noticias/fapema-apoia-pesquisas-arqueologicas-que-desvendam-a-pre-historia-do-povo-maranhense>

¹ Situado no retorno da Forquilha, no início da estrada São Luís/São José de Ribamar, pertencente à região metropolitana de São Luís.

² Localizado na estrada estadual MA-201, São Luís/São José de Ribamar, a 250m do rio Pindai, no entroncamento de acesso à sede do município de Paço do Lumiar (N) e a Praia de Boa Viagem (S)

³ Inserido no Parque Estadual do Bacanga (decreto 7. 545/ 1980), cerca de 1000 metros do rio do mesmo nome.

⁴ Na área do loteamento Ponta Verde, próximo à praia de Coroa Vermelha, abrange cerca de 300m por 100m de largura, apresentando diferentes graus de degradação, por ocupação de grupos de “sem terras”, e principalmente, pela retirada contínua de terra preta (Leite Filho, 2010, p. 756-758).

As pesquisas realizadas recentemente, no sambaqui do Bacanga, comprovaram que essa região já era ocupada, por seres humanos - caçadores, coletores e habitantes do litoral e região dos rios, tanto em São Luís quanto no interior do estado - entre 6. 600 a 900 anos a.C. Destacase o trabalho realizado pelo arqueólogo maranhense Arkley Bandeira, que empreende pesquisas científicas, respaldadas nas escavações arqueológicas, com preciosas descobertas em São Luís, em que “as escavações nesse sambaqui favoreceram o estabelecimento de um contexto arqueológico inédito para o litoral maranhense, reinserindo os sambaquis cerâmicos, do Litoral Equatorial Amazônico, na pauta mais recente da Arqueologia Brasileira” (BANDEIRA, 2016).

Os indígenas no Maranhão

Quando os europeus conquistaram o Brasil, encontraram aproximadamente oito milhões de nativos habitando a terra. No Maranhão, essa população era de aproximadamente 250 mil, segundo dados de viajantes. Porém, o Padre Antônio Vieira estimou em dois milhões de ameríndios a população, entre o Pará e o Maranhão, distribuídos em 500 aldeias. No Maranhão, os indígenas foram denominados de Tupis e Tapuias. Os Tupis habitavam o litoral, destacando-se no Maranhão, os Tupinambá habitavam a Ilha Grande (Upaon-Açu), hoje São Luís, Tapuytaperá (Alcântara), e outras partes da capitania de Cumã (Guimarães). Tinham hábitos alimentares e sexuais, que "escandalizaram" os europeus. Em geral, os indígenas do litoral, eram antropófagos, devoravam os cativos de guerra, crendo que estavam absorvendo a força e as qualidades do guerreiro. Esses hábitos, praticados pelos indígenas tupis, são analisados por Alfredo Bosi:

No universo escuro de Anhangaba, perfilam-se os maus hábitos, no caso a antropofagia, a poligamia, a embriaguez pelo **cauim** e a inspiração de fumo queimado nos maracás. Para falar só do primeiro, o ritual de devoração do inimigo remetia, na verdade, a um bem substancial para ávida comunidade, sendo um ato de teor eminentemente sacral que dava a quantos o celebravam nova identidade e novo nome. Mas essa função sacramental da antropofagia era exorcizada pelo catequista que via nela a obra do Satanás, um vício nefando a que o índio devia absolutamente renunciar. (Bosi, 1992, p. 67).

Os indígenas Tapuias ou Jês, por sua vez, habitavam o interior, geralmente a região banhada por rios. Eram hábeis caçadores, pescadores, coletores e canoeiros. Espalharam-se pelo interior do Maranhão, formando diversas nações. Dentre as principais nações Tupi e Jê, destacaram-se: Timbira, Caycay, Guajajara, Barbado, Guanauê, Araióse, Tremembé, Gamela, Gavião, Guajá, Kanela, Kricati, dentre outros.

Povo indígena Kanela



Fonte: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Canela_Ramkokamekr%C3%A1

As primeiras narrativas, que conhecemos, sobre os indígenas do Maranhão, foram realizadas pelos franceses Yves d'Evreux e Claude d'Abbeville. Este último narra que na ilha do Maranhão (Upaon-Açu) havia cerca de 12 mil indígenas tupinambá, distribuídos em 27 aldeias, compostas cada uma de 4 cabanas ordenadas. “(...) Em cada cabana vivia pouco mais de cem Tupinambá, homens e mulheres, ‘promiscuamente’, passavam grande parte do dia dormindo deitados em redes ou macas de algodão ou embira” (Lisboa, 1976, p. 163.).

A maneira de viver dos índios do Maranhão

Entende-se, que nesse cenário, apesar de existirem traços comuns envolvendo a cultura indígena, é a diversidade cultural que predomina. As suas atividades giravam em torno da caça, pesca, coleta e posteriormente horticultura (cultivadas em roças, após a prática da coivara⁵, mandioca, milho, batatas, grão de bico, favas e outras ervas). Predominou a divisão sexual e etária do trabalho, o homem caçava, pescava e preparava a terra para o plantio, enquanto a mulher, plantava, colhia e coletava frutos. Também desenvolveram atividades artísticas: arte em cerâmica, em plumas de algodão, com palhas de buriti, praticavam a dança, associada à religiosidade e a música, possuíam vários instrumentos musicais, como maracás, chocalhos, apitos, flautas e trompetes.

A guerra era uma importante atividade entre os indígenas e caracterizou-se pela disputa entre nações inimigas, não para confiscar bens ou conquistar territórios, mas pela manutenção da tradição guerreira. Nessa ocasião, geralmente os capturados da tribo inimiga eram devorados, já que os indígenas do litoral praticaram a antropofagia.

Os nativos do Maranhão habitaram em ocas ou malocas, situadas nas aldeias. Eram casas feitas de madeiras e cobertas de palha. No centro, havia uma grande praça, onde se

⁵ Ramagens a que se põe fogo nas roçadas para desembaraçar o terreno e adubá-lo com as cinzas, facilitando a cultura.

reuniam para as diversas atividades cotidianas. A célula social era a família, cujo casamento podia ser monogâmico ou poligâmico, não se organizavam em classes sociais nem possuíam estado. A religião era politeísta, cujas divindades estavam associadas à natureza. Chamava a atenção dos franceses a forma como os pais tratavam o indígena recém-nascido, com carinho, e todos da tribo o cercavam com amor e respeito.

Porém, no processo colonizar o nativo tornou-se um indivíduo estranho, sofrendo uma forte discriminação, visto como preguiçoso, esquelético, promíscuo, sujo e violento. Além da discriminação sofrida, os indígenas foram largamente explorados por franceses e portugueses, que os utilizaram para a exploração de madeira, em troca de bugigangas, ou como tropa, na luta entre eles. Já os portugueses, desde o início da colonização escravizaram o nativo como mão de obra utilizada na agricultura, coleta de drogas e especiarias ou no serviço doméstico.

Com a deflagração da colonização, várias missões religiosas estabeleceram-se no Maranhão, com o objetivo de praticarem a catequese. Foram Franciscanos, Carmelitas, Mercedários e Jesuítas, os últimos visaram à administração, à tutela dos nativos, ação que gerou graves conflitos na colônia. Os primeiros padres vieram para o Maranhão, na comitiva do conquistador Alexandre de Moura, em 1615. Foram eles: Diogo Nunes e Manoel Gomes, religiosos da Companhia de Jesus. Em 1625, foi fundada a missão jesuítica do Maranhão, com a chegada do Padre Luís Figueira e consolidada, com a missão capitaneada pelo padre Antônio Vieira, iniciando-se um longo conflito em torno da escravidão e tutela dos nativos, que envolveu colonos, padres da Companhia de Jesus, Câmara Municipal e a coroa portuguesa, arrastando-se pelos séculos XVII e XVIII.

Escravidão, discriminação e extermínio

O processo de colonização, deflagrado pelo europeu, na América, foi articulado, ideologicamente, em torno da "cruz e da espada", o que determinou a crescente aculturação do nativo e o seu extermínio. A escravidão do nativo foi largamente utilizada, uma vez que o "braço africano" era insuficiente, predominando até a primeira metade do século XVIII. Convém salientar que o indígena já era escravizado desde a pré-colonização do Brasil, em uma relação, que envolvia troca de trabalho por quinquilharias - denominado escambo. A pouca oferta de braço escravo africano e a "disponibilidade do indígena" o transformaram em uma mão de obra bastante valiosa, embora não fosse produto do tráfico português. Várias foram as formas utilizadas, para obtenção de mão de obra indígena no Maranhão: expedições armadas - cujo discurso foi a punição de "tribos hostis; as tropas de resgate, expedições que pretenderam resgatar índios, que já eram escravos; os descimentos, dirigidos por missionários, que trouxeram tribos inteiras para serem aldeadas próximo às cidades e vilas, e o sistema de guerras justas, que foram contra os indígenas do Brasil, sob a alegação de prática de barbáries, antropofagia, poligamia e idolatria. Com esta prática, escravizaram-se tribos inteiras, com permissão do Estado português.

O isolamento da região, com o centro colonizador, tornou o Maranhão carente de mão de obra africana. Daí, a “necessidade da escravização” do índio, pelo colono. A qualidade do trabalho indígena foi elogiada pelos portugueses, embora a falta de interesse pelo trabalho sistemático fosse considerada grave defeito. Além disso, outro aspecto determinante no processo de escravidão e extermínio do nativo foi a expansão e conquista do norte do Brasil, na região amazônica. Motivados pela catequese, centenas de indígenas foram preados em missões assim como, para a exploração das drogas-do-sertão, riqueza extrativa existente, em grande quantidade, na região Norte. A ação governamental e posteriormente particular levou o indígena para o interior do território, o aldeou, exterminou tribos e escravizou grande parte dos indígenas no Maranhão e Pará, entre os séculos XVII e XVIII.

Por todo o século XVII, a coroa portuguesa oscilou entre as leis de escravização e liberdade dos nativos, de acordo com as pressões dos colonos, representada pela Câmara Municipal e pelos padres Jesuítas, que defendiam a não escravização do indígena. Em 1757, através da assinatura de um alvará, o Marquês de Pombal estendeu a liberdade dos índios do Maranhão a todo o Brasil. Isso atendeu aos interesses da nova política econômica, de garantir a efetivação, no caso do Maranhão, da mão de obra escravizada africana. Este alvará foi revogado em 1798, dando brechas a novos atos de escravidão dos indígenas, que atacaram fazendas e povoados.

Sugestão de vídeo: HISTÓRIA DO MARANHÃO | De Capitania Rica a Estado Pobre. <https://www.youtube.com/watch?v=2u8IfdmMs0Y>

Atividades

01. Pesquise e faça uma discussão, em sala de aula, sobre a diversidade cultural dos índios do Maranhão.
02. Com o avanço do processo colonizador, no século XVII, os indígenas do Maranhão passaram a ser escravizados. Que razões explicam essa escravização?
03. Com a orientação do(a) seu(sua) professor(a), faça uma pesquisa sobre a cultura indígena do Maranhão, na atualidade.
04. **Trabalho em grupo.** Os alunos, com a orientação do(a) professor(a), devem realizar uma pesquisa sobre os principais povos indígenas, que habitam o Maranhão, na atualidade. Cada grupo deve se encarregar de um ou dois povos indígenas, anotar a localização geográfica das aldeias, principais crenças, costumes, língua falada e número de membros. Os grupos devem ilustrar os trabalhos com pinturas, desenhos e colagens, além de compartilhar o resultado.

Referências

BOTELHO, Joan. Conhecendo e debatendo a história do Maranhão. SãoLuís: Gráfica e Editora Impacto, 2018.

BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização, 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

LISBOA, João Francisco. CRÔNICAS do BRASIL COLONIAL: apontamento para História do Maranhão. Petrópolis: vozes; Brasília: INL, 1976.